

**XII Congresso Brasileiro  
de História Econômica**

**13<sup>a</sup> Conferência Internacional  
de História de Empresas**

---

**Niterói,  
28, 29 e 30 de agosto  
de 2017**

**O impacto das Exposições Universais do século XIX para as  
relações econômicas brasileiras e o avanço tecnológico: uma  
análise sobre a participação das províncias**

**Monica Martins**

**O impacto das Exposições Universais do século XIX para as relações**  
**econômicas brasileiras e o avanço tecnológico: uma análise sobre a**  
**participação das províncias**

Monica Martins<sup>1</sup>

**Resumo**

O artigo versa sobre a participação brasileira nas Exposições Universais da Indústria, analisando a realização das três primeiras Exposições Nacionais na Corte, com produtos enviados pelas províncias. A partir de dados apresentados se discute o impacto das Exposições Universais para as relações econômicas do Brasil no final do século XIX, os debates que envolveram diferentes posições sobre a participação do Brasil e o impulso desses eventos ao processo de inovação tecnológica no Brasil.

**Palavras-chave:** Exposições Universais; Tecnologia; Comércio; Brasil Império; Modernidade.

**Abstract**

The present article talks about the Brazilian role in the Industry Universal Exhibitions and aims to analyze the execution of the first three National Exhibition in Brazilian's Court with products sent by their provinces. The present data discuss the impact of the Universal Exhibitions in the economic relations in Brazil during the end of the nineteenth century, the debates around different positions on Brazil's role and the impulse of those events to the process of technological innovation in Brazil

**Keywords:** Universal Exhibition; Technology; Commerce; Brazilian Empire; Modernity

---

<sup>1</sup> Doutora em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

## **Introdução**

Refletir sobre o avanço tecnológico no Brasil e os debates a esse respeito no final do século XIX requer que façamos um passeio pelo contexto desse fim de século e do estrondoso impacto que as Exposições Universais despertaram sobre o tema. Sem dúvida, esses grandes eventos repercutiram de diferentes maneiras por todo o mundo ocidental, mas não passou despercebido por nenhum dos países. Ao mesmo tempo em que impulsionaram o debate em torno da modernização, foram responsáveis por impactos importantes gerados pela sua “vitrine de progresso”, com a exibição das mais novas invenções tecnológicas. Esse universo pode nos ajudar a entender os desdobramentos desses eventos sobre a produção e a inovação no Brasil naquele momento.

Segundo Eric Hobsbawm a economia capitalista mudou de quatro formas significativas na segunda metade do século XIX, entrando de forma decisiva no período imperialista: 1) a entrada numa nova era tecnológica; 2) o aprofundamento de uma economia de mercado de consumo de massa; 3) a competição internacional entre economias industriais rivais; 4) a concentração econômica, o controle de mercado e a manipulação. Esses eram os elementos de uma mudança na estrutura da organização econômica que, por outro lado, subordinava os países “subdesenvolvidos” às potências industrializadas rivais. Tratava-se, portanto, de dominar todas as regiões do mundo para a precípua finalidade de atendimento ao próprio amparo tecnológico, num cenário onde a disputa por matérias primas e condições para o investimento industrial eram essenciais (Hobsbawm, 1996, p. 418).

Nesse quadro internacional o Brasil se colocava dentro das relações econômicas especialmente por sua participação na exportação agrícola e era exatamente a partir desse ponto que a classe dominante partiu para decidir sobre a presença do Brasil nas Exposições universais. Não cabe mais uma discussão sobre a possibilidade ou não de um avanço industrial mediante a permanência da escravidão, como se acreditava na época, dada a discussão historiográfica e as experiências históricas que nos mostram uma outra realidade. Não é em si a escravidão o ponto mais forte de resistência ao desenvolvimento tecnológico, mas a compreensão de que determinada organização econômica e do trabalho se adequava melhor aos interesses dos proprietários naquele momento, e este projeto foi vitorioso frente aos interesses do Estado.

### **Aspectos do avanço tecnológico**

No artigo dedicado a pensar a introdução do arado no Brasil e o impacto que ele gerou entre agricultores a respeito da viabilidade e vantagens do seu uso, Teresa Cribelli se dedicou a pensar nesse lento processo de modernização característico do modelo de desenvolvimento brasileiro (Cribelli, 2011, p. 291-312). Na dualidade entre o arar ou não arar, pairava a forte ideia de que os escravos eram responsáveis pela falta de incentivos técnicos no campo e de que a própria escravidão não contribuía para o incentivo à criação, invenção ou descobertas. De certa forma esse ponto de vista era corroborado por uma perspectiva forte no pensamento liberal do século XIX que difundiu essa premissa, inclusive como argumento de contestação econômica à manutenção do trabalho escravo. No entanto, a autora aponta um conjunto de aspectos que dificultaram a implantação dessa técnica mais moderna no trato agrícola, considerada ideal na recuperação de melhores condições para o solo desenvolver a agricultura, propiciando a longo prazo melhores resultados também nas colheitas. Para Cribelli, dois fatores merecem ser destacados na diferença do uso do arado no Brasil, na Europa e nos Estados Unidos: 1) a tecnologia que apresentava bons resultados na Europa, não era necessariamente adequada para as características geográficas do Brasil, de característica mais irregular; 2) dificuldades de transportes, que inviabilizavam o transporte de equipamentos maiores para fazendas distantes. Além desses a autora aponta outros empecilhos a esse uso:

Os empecilhos para o avanço agrícola iam além dos obstáculos físicos dos campos irregulares e das dificuldades de transporte, incluindo outros problemas como a falta de infra-estrutura para a manutenção e reparo de equipamentos, especialmente dos importados de países diferentes. Muitas fazendas grandes eram empresas auto-suficientes, completas com fundição e carpintarias, mas isso não era possível para lavradores menos abastados, que não dispunham dos recursos para sustentar operações tão caras, e ficavam sem auxílio quanto à recomendações ou reparos para seus equipamentos. Rocha Pacova, assim como Marques Rodrigues e os membros da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, defendiam a criação de escolas agrícolas para fornecer esse tipo de apoio (Cribelli, 2011, p. 306-307).

Além desses havia ainda aqueles empecilhos de ordem social ou cultural, resultado, por um lado, da relutância em se adaptar e incorporar novas técnicas que

**XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**  
**O impacto das Exposições Universais do século XIX para as relações econômicas**  
**brasileiras e o avanço tecnológico: uma análise sobre a participação das províncias**

pudessem trazer melhorias na produção e no cultivo num tempo mais longo, por outro, do desconhecimento teórico necessário para entender as novas invenções e adaptá-las ao contexto agrícola brasileiro. Esse aspecto começou a se modificar ao longo das últimas décadas do século XIX e início do século XX quando escolas técnicas e superiores se consolidaram. Veja-se, de acordo com Pedro Marinho, que as escolas superiores passaram a exercer um importante papel no processo de constituição do campo científico no Brasil, dando início à estruturação de algumas categorias profissionais, além de influenciar decisivamente na elaboração de concepções científicas que exerceram influência sobre vários campos de conhecimento (Marinho, 2014, p. 478-479).

Esse tema tratado por Cribelli nos propõe instigantes reflexões acerca do próprio caráter do processo de incorporação de invenções e tecnologias no Brasil no final do século XIX. O modelo implementado no Brasil foi resultado do longo debate entre industrializar ou não industrializar, que esteve na base das discussões realizadas pelas principais instituições e organizações da sociedade civil naquele momento, relacionadas à disputa pelo estímulo governamental ao processo de desenvolvimento industrial. Isso significaria também o comprometimento com a construção de toda uma estrutura necessária à expansão do processo de modernização por todo o território nacional, não apenas para as regiões produtoras de café.

Outras preocupações também apareciam atreladas a esse discurso do atraso, uma vez que nos anos finais da década de 1850 e da seguinte houve um encarecimento da mão-de-obra escrava e, por outro lado, a necessidade de investimento em outras formas de trabalho, ao mesmo tempo em que algumas regiões do médio Vale do Paraíba apresentavam estagnação. Os avanços técnicos apresentavam-se aí como possível solução para essas dificuldades, discurso este reafirmado no campo científico (Marinho, 2014, p. 486). A superação do atraso fazia frente aos avanços de estudiosos diversos e intelectuais do campo científico que se afirmavam no final do século XIX como portadores dos saberes necessários para levar o país à modernidade e superação do atraso.

Essa disputa de projetos pode ser evidenciada na análise da documentação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), no concernente aos estímulos à industrialização no Brasil. Essas disputas se fizeram presentes na discussão sobre a participação ou não do Brasil nas Exposições Universais, a partir do convite para a

**XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**  
**O impacto das Exposições Universais do século XIX para as relações econômicas**  
**brasileiras e o avanço tecnológico: uma análise sobre a participação das províncias**

Exposição da Filadélfia, em 1876, que gerou todo o debate sobre o que deveria e poderia ser ou não mostrado pelo Brasil ao resto do mundo. Tratava-se de expor-se ou não e do que expor nesses eventos, de se evidenciar as mazelas da escravidão associadas ao atraso, mas também de mostrar – como evidenciado por Cribelli – os elementos do atraso agrícola brasileiro. Por outro lado a “vitrine do progresso” possibilitava expor o que poderia ser oferecido como mercadoria a esse enorme mercado que se abria aos olhos do mundo.

A justificativa antieconômica da escravidão disseminada pelo pensamento liberal não foi suficiente para criar no Brasil um campo antagônico entre os representantes dessas ideias e os interesses senhoriais, embora tenha se constituído num campo de conflito ao longo do século XIX. A relação entre as modernas invenções industriais e a propriedade da terra e de trabalhadores baseava-se nessa complexa dinâmica, onde o pensamento liberal esteve sempre bem materializado na realidade escravista no Brasil, não se caracterizando exatamente como contraditório, nem mesmo fora do lugar, mas incorporado a uma realidade onde a maximização do capital se colocava como central nas relações econômicas, mas as relações sociais deveriam mudar paulatinamente, sem profundas transformações e com o menor risco de rupturas da ordem senhorial.<sup>2</sup> Esse modelo deixou o alicerce sobre o qual as desigualdades sociais profundas se perpetuariam, mesmo após a abolição da escravatura.

Uma série de estudos analisou as Exposições sob o impacto gerado por elas no âmbito do debate científico e do estímulo dado pelo imperador às invenções, no âmbito da discussão sobre o impacto modernizante desses eventos. Sob essa ótica as Exposições Universais foram caracterizadas como grandes eventos de apresentação e concorrência mundial entre as mais modernas invenções tecnológicas realizadas pelas nações industrializadas na segunda metade dos oitocentos, além de serem apresentados como espetáculos eminentemente voltados à burguesia - que nas palavras de FootHardman (1988) se consagraram como o “exibicionismo burguês” - bem como à disseminação dos seus ideias de progresso e civilização. Para Pesavento (1997), as exposições foram marcadas como “lugares de peregrinação da mercadoria como fetiche”. Londres, Paris, Viena, Filadélfia e outras cidades sediaram eventos grandiosos e difundiram pelo

---

<sup>2</sup> Um debate sobre a convivência entre a escravidão e o incentivo a processos de industrialização e modernização no século XIX tem sido analisado na História Econômica na última década por historiadores que estudam o processo denominado “Segunda Escravidão”, momento no qual a escravidão se desenvolve dentro de um quadro de expansão capitalista e internacionalização da industrialização, marcada por forte desenvolvimento tecnológico (Marquese e Sales, 2016).

**XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**  
**O impacto das Exposições Universais do século XIX para as relações econômicas**  
**brasileiras e o avanço tecnológico: uma análise sobre a participação das províncias**

mundo as diversas invenções e novidades no campo científico com serventia industrial: engenharia, química, siderurgia, medicina, entre outras. A amplitude assumida por essas exposições demonstra os interesses diversos que marcaram a entrada e a permanência de diversas nações como partícipes e como anfitriãs, tanto as nações centrais como as periféricas, exibindo novas tecnologias, máquinas e recentes invenções, expondo inéditos instrumentos de trabalho e de produção, tanto quanto divulgando aparatos que facilitassem, higienizassem, disciplinassem o universo público e privado dos trabalhadores. Aqueles países que sediavam as exposições exibiam-se ao mundo da fábrica numa vitrine que exaltava a diferenciação competitiva entre elas, no cenário de expansão do comércio e das relações econômicas internacionais. Essas exposições tiveram, sobretudo, um caráter de internacionalização dessas invenções econômicas, tornando-se um centro de exibição de mercadorias e invenções (Pesavento, 1997, p. 43).

A pesquisa que tenho desenvolvido vem apontado para um outro aspecto pouco estudado, concernente aos aspectos econômicos e os interesses que o Brasil assumiu nessas exposições. O destaque sobre a participação brasileira é extremamente significativo pelo lugar que o país ocupava na divisão do trabalho internacional e nas relações econômicas, além de ser ainda uma economia escravista no final dos oitocentos. Esse cenário aparentemente tão destoante em relação a uma vitrine do progresso, no entanto, se revelou parte inerente ao processo de desenvolvimento do capitalismo mundial nessa segunda metade do século XIX, do qual o Brasil participou na esfera que lhe interessava: exibindo para o mundo aquilo que poderia ser vendido para o mercado internacional, explorando a dimensão agrícola e, paralelamente, explorando invenções que pudessem ser expostas internacionalmente. Essas Exposições não foram, por acaso, denominadas também como “Exposições da Indústria” ou “Festa Universal do Trabalho”.

### **As exposições provinciais e os interesses econômicos do Brasil**

A primeira Exposição de caráter universal e com o intuito de exibir as invenções industriais foi realizada em Londres, em 1851, organizada pela *Society of Arts*; essa mesma sociedade foi a que promoveu o que foi, provavelmente, a primeira exposição de produtos manufaturados na Inglaterra, entre 1756 e 1757. Essa foi seguida por diversos

**XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**  
**O impacto das Exposições Universais do século XIX para as relações econômicas**  
**brasileiras e o avanço tecnológico: uma análise sobre a participação das províncias**

outros eventos de caráter nacional, realizados também na França e nos Estados Unidos, culminando com a primeira experiência de Exposição Universal, em 1851, com objetivos de difundir as invenções e os avanços industriais. Com o tempo a participação dos países nas Exposições universais só cresceu, mostrando o intenso envolvimento e interesse que os governos tiveram no seu estímulo, mas também o apelo público que esses eventos assumiram para a sociedade, tornando-se concorridos espetáculos de imensa audiência pelos diversos setores da sociedade. Os números expostos por Werner Plum (Plum, 1979, p. 61), em tabela reproduzida abaixo, nos mostrava o impressionante aumento de participação de público para esses eventos:

**Tabela 1 – Interesse pelas Exposições Universais**

<b>Cidades</b>	<b>Número de Visitantes</b>	<b>Número de expositores</b>	<b>Superfície da Exposição</b>
<b>1851 Londres</b>	6.039.195	13.937	8,4 hectares
<b>1855 Paris</b>	5.162.330	20.839	9,9 hectares
<b>1862 Londres</b>	6.211.103	28.653	9,5 hectares
<b>1867 Paris</b>	11.000.000	43.217	14,9 hectares
<b>1873 Viena</b>	7.254.687	25.760	16,2 hectares
<b>1876 Filadélfia</b>	10.165.000	60.000	30,3 hectares
<b>1878 Paris</b>	16.032.725	-	22,5 hectares
<b>1889 Paris</b>	32.250.297	61.722	21,2 hectares
<b>1893 Chicago</b>	27.329.000	-	81,0 hectares
<b>1900 Paris</b>	50.800.801	-	46,0 hectares

Fonte: Dados apresentados por Plum: 1979, 61.

A participação dos países não industrializados também foi estimulada ao longo dessas décadas e vários países latino-americanos se inseriram nesses espetáculos (Pesavento, 1997, p.40-45; Heizer, 2015, p.14)). O Brasil só participou enviando produtos a partir de 1862, na Exposição realizada em Londres, tendo enviado, contudo observadores para as duas primeiras, que deixaram registradas suas impressões sobre o evento. O engenheiro André Rebouças, por exemplo, em observações sobre a presença do Brasil na Exposição de Viena, de 1873, expunha sua discordância sobre o tão



**XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**  
**O impacto das Exposições Universais do século XIX para as relações econômicas**  
**brasileiras e o avanço tecnológico: uma análise sobre a participação das províncias**

significativo caráter civilizador desses eventos que, para ele, não se constituíam em mais do que “um imenso bazar de todos os povos do mundo” (Hardman, 1988, p. 82).

Não foi tão simples o debate no Brasil sobre a importância de participar das exposições com o envio de produtos, debate que gerou algumas controvérsias dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, o que veremos mais adiante. A decisão sobre essa participação, no entanto, foi acompanhada da iniciativa de promover exposições na Corte dos produtos enviados pelas diversas províncias brasileiras, com vistas a serem selecionados para apresentação nas exposições universais, além de participarem de premiações internas. A primeira Exposição Industrial organizada do Império foi inaugurada em 2 de dezembro de 1861, no Edifício da Escola Central, no Largo de São Francisco. A Exposição foi aberta pelo Imperador e totalmente financiada pelo Estado, mencionada em relatório da comissão como “festa industrial e artística” (Cunha, 1862). Os dados do relatório da Comissão organizadora da exposição nacional mostram a grande participação de expositores, visitantes e de produtos expostos:

**Tabela 2 - Participação na 1ª Exposição da Indústria no Brasil**

<b>1ª Exposição Da Indústria no Brasil</b>	<b>Produtos expostos</b>	<b>Número de expositores</b>	<b>Número de visitantes</b>
	9.862	1.136	18.453

Fonte: CUNHA, Antonio Luiz Fernandes da. *Documentos oficiais relativos à Exposição Nacional de 1861*. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1862. Biblioteca Nacional, V-286,4,15.

A partir do relatório produzido pela comissão responsável temos as características dos itens que eram selecionados e admitidos para a exposição. O que se observa, em comparação com os eventos posteriores, é que essa primeira seleção de características era ainda bem geral, com poucas especificidades relacionadas às distinções técnicas, numa tentativa que buscava, sobretudo, o mapeamento das condições gerais da indústria no país, entendendo indústria em sua acepção de época, relacionada a todas as atividades produtivas:

**Tabela 3 - Produtos expostos na 1ª Exposição Nacional**

<b>1ª Exposição da Indústria, de 1861</b>	<b>Produtos aprovados para serem apresentados na exposição</b>
	Indústria de mineração
	Metalurgia e artes metalúrgicas (minerais de toda espécie, sobretudo aqueles que tem aplicação às artes exercidas nas províncias)
	Agricultura e produtos espontâneos (produtos agrícolas, produtos fabricados com diversos vegetais e madeiras diversas usadas na construção civil e marcenaria, plantas medicinais, etc.)
	Produtos de origem animal
	Indústria fabril em geral (incluindo utensílios de caça e pesca)

Tabela 3: CUNHA, Antonio Luiz Fernandes da. *Documentos officiaes relativos à Exposição Nacional de 1861*. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1862. Biblioteca Nacional, V-286,4,15.

**Imagem 1 - Exemplo de máquina exposta na 1ª Exposição Nacional: “Máquina Vertical a Simples Efeito”, exposta pelos Srs. Miers&Maylor**



**XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**  
**O impacto das Exposições Universais do século XIX para as relações econômicas**  
**brasileiras e o avanço tecnológico: uma análise sobre a participação das províncias**

Fonte: Biblioteca Nacional, Seção Iconografia,60.3.26, ex.2. Instituto Artístico de Fleuiss irmãos & Linde. Recordações da Exposição Nacional de 1861. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862,p.11.

O Imperador recomendou que os presidentes de províncias enviassem para a primeira Exposição nacional “todos os objectos capazes de dar idéia dos diferentes ramos de industria das respectivas províncias”.A iniciativa direta de D. Pedro II incentivava e pressionava mais diretamente pelo envolvimento dos presidentes de províncias no evento, criando um comprometimento com o envio dos produtos.Segundo suas palavras,seria possível, sem dúvida, formar uma coleção de produtos a serem enviados “digna de figurar em uma exposição geral das riquezas do paiz” (Cunha, 1862, p. 20), que depois de serem escolhidos nas respectivas províncias seriam levados à Corte com a finalidade de serem apresentados nacionalmente. A Exposição Nacional da Indústria tinha o objetivo principal de fazer a seleção daquilo que seria exposto internacionalmente, ainda que várias premiações tenham sido criadas para incentivar a participação e a distinção na apresentação dos produtos pelas províncias.

Além das exigências dos produtos apresentadas acima, o governo imperial publicou as “Instruções para as Exposições Agrícolas nas Províncias do Império” que designava, em 22 artigos, como deveriam ser organizadas as exposições nas províncias. Pelas instruções, verifica-se que algumas províncias foram designadas neste primeiro momento para abrigar as feiras, recebendo produtos de outras regiões mais próximas que tivessem relevância no âmbito comercial, fabril ou técnico.Foram designadas as seguintes capitais das províncias para abrigarem essas exposições: Pará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e S. Pedro (Cunha, 1862, p.21).

A segunda Exposição Nacional, inaugurada em 1866, teve a presença de 2.374expositores com 20.128 produtos expostos e foi visitada por mais de 53.538 pessoas. Esse balanço foi apresentado pela Comissão que dirigiu a 2ª Exposição da Indústria, mostrando o interesse nacional despertado pelo evento, como ele exerceu um encantamento e interesse das pessoas. Mas esses dados demonstram também como as exposições provinciais apresentaram um expressivo crescimento de exibição de produtos e inventos ao longo dos anos (BN, 1862) Comparando o movimento de produtos, expositores e visitantes nas duas primeiras exposições da Indústria realizadas na Corte, respectivamente em 1861 e 1866, temos um expressivo aumento de mais de

100% em todos os aspectos que envolvem a participação entre o primeiro e o segundo evento:

**Tabela 4 - Comparação entre a 1ª e 2ª Exposição Nacional**

<b>Dados</b>	<b>1ªExposição Industrial do Império (1861)</b>	<b>2ªExposição Industrial do Império (1866)</b>
<b>Produtos Expostos</b>	9.862	20.128
<b>Número de Expositores</b>	1.136	2.374
<b>Visitantes</b>	18.453	53.538

Fonte: BN - Biblioteca Nacional, III-17,5,15. *O Império do Brasil na Exposição Universal de 1862 em Paris.*

A segunda Exposição Nacional apresentou um significativo aumento de participação em todos os sentidos: em relação aos produtos expostos foram mais 10.266 (aumento de 104%), em relação aos expositores, tanto produtores individuais, inventores ou empresas, o aumento foi de 1.238 (aumento de 109%), enquanto o público visitante teve um aumento de 35.085 pessoas. Em comum, as duas Exposições foram ordenadas pelo Imperador e totalmente custeadas pelo Estado.

Apesar do festejado sucesso das exposições nacionais e de uma repercussão positiva anunciada pela maior parte da imprensa da época, não foi unânime ou consensual a posição de que seria favorável incentivar a participação do Brasil nessas exposições e a exibição internacional de produtos brasileiros. Uma primeira observação nos leva a perceber o interesse claro do governo brasileiro em promover a participação do país nos circuitos do comércio internacional em franca expansão nesses anos. Muito além da propalada simbologia da modernidade e dos aspectos de forte apelo cultural envolvidos na promoção de um imaginário coletivo que associava as exposições ao progresso da instrução e da ciência, havia uma real preocupação dos governos com relação ao retorno econômico dos investimentos realizados nesses grandes eventos e sobre o que eles representavam no âmbito das relações industriais, comerciais e diplomáticas entre os países envolvidos.

**XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**  
**O impacto das Exposições Universais do século XIX para as relações econômicas**  
**brasileiras e o avanço tecnológico: uma análise sobre a participação das províncias**

O debate sobre a participação brasileira se deu, principalmente, no âmbito das duas instituições que se envolveram também diretamente na própria organização dos eventos, a SAIN e o IIFA. As vantagens econômicas eram vistas sob outra ótica também, não apenas a partir do retorno possivelmente obtido com a exposição dos produtos brasileiros; colocava-se em questão o debate sobre a incorporação técnica, inclusive na agricultura e pecuária, sobre os limites do processo de implementação de um aparato tecnológico no país que propiciasse de fato condições para o desenvolvimento industrial. Neste sentido, três aspectos foram apontados a respeito dos indesejáveis malefícios da exposição do país ao resto do mundo: 1) a apresentação ao mundo da permanência da escravidão no país; 2) a problemática relativa à pouca técnica aplicada à agricultura e pecuária, que expunha o caráter rudimentar da tecnologia implementada e o escasso investimento do país neste setor; 3) todos os riscos que envolviam a possibilidade de não ser bem sucedida a apresentação dos produtos brasileiros. Juntos, os três aspectos aparecem como justificativas no Relatório da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, apresentado à Assembleia Legislativa em 1860, onde se indicavam inclusive os riscos de se realizar uma Exposição no Brasil, correndo mesmo o perigo de ser “um fiasco de mal sucesso”, não apenas pelo alto custo de um evento dessa magnitude, mas também pelo que se poderia ter disponível para apresentação (Brasil, 1860, p. 13-15). Como se sabe, um evento de caráter internacional só foi realizado no Brasil em 1922, no Rio de Janeiro, dentro dos festejos de comemoração da Independência. Mas essas preocupações denotavam os limites daquilo que os industriais e proprietários brasileiros queriam apresentar ao mundo e os riscos econômicos e políticos desse investimento e dessa exposição.

O relatório do Ministério do Império, apresentado em 1860, representantes da SAIN apresentavam suas preocupações com a exposição do Brasil nesses grandes eventos, e o tom do debate carregado do discurso que opunha o desenvolvimento industrial e a expansão capitalista à escravidão; expunha-se o risco do Brasil apresentar seu atraso ao mundo. Essas ideias retratam o debate tão caro ao final do século XIX, que antagonizava o progresso tecnológico ao uso do trabalho escravo, sem considerar a própria inserção do país dentro das relações capitalistas internacionais.

Qual será o fim de uma tal exposição? Confrontar o estado da indústria das diversas Províncias; o progresso que fazem, a marcha que seguem e os melhoramentos de que necessitam a respeito. Pois será necessário que o país se exponha às contingências de uma exposição, para que nunca se preparou com os necessários meios

prévios, a fim de saber que elle já sabe, que é, que o caffè, a canna de assucar, o algodoeiro, e o tabaco são n'elle pessimamente cultivados; que o algodão é péssimamente preparado, e que o assucar em uma ou outra fazenda é que é fabricado com alguma perfeição. E a respeito das especiesanimaesruraes, expor os effeitos do deleixo e da ignorancia dos nossos creadores?

A par dos productos, expõem-se sempre os instrumentos com que fôrão obtidos. Que instrumentos se levarião á exposição? A enchada o symbolo do nosso atraso, e como material de rodagem os nossos carros de eixo firme, e como motor, o braço escravo! (Brasil, 1860, p. 15).

O que observamos dessa preocupação destaca-se como parte desse intenso debate que permeou a segunda metade do século XIX, do qual essas instituições fizeram parte, na luta pela incorporação do aparato técnico e industrial no Brasil. Tratava-se não apenas de sua implementação mas do comprometimento estatal em relação à infra-estrutura necessária para a sua expansão. E neste ponto se encontraram os diversos entraves ao próprio processo de luta pela industrialização no Brasil, como já fora apontado no clássico estudo de Nícea Vilela Luz (Luz, 1961). Para vários desses industriais e proprietários estava muito claro nesses primeiros debates que, se fosse realizada no Brasil, a exposição poderia gerar o efeito inverso ao pretendido: expor o atraso da indústria e as técnicas rudimentares. Predominou ao final a defesa do próprio Imperador de que o Brasil integrasse as Exposições, e eles entenderam que seria possível dar início à participação nesses eventos com o mapeamento do que era produzido nas províncias e realizando antecipadas Exposições Nacionais, sendo todos os produtos e invenções provinciais enviadas para a Corte.

Outro aspecto sobre o interesse externo naquilo que era exibido pelo Brasil foi relatado no documento *O Império do Brazil na Exposição Universal de 1873 em Vienna d'Austria*, que apresentava a necessidade que os europeus sentiam de conhecer melhor a América e sua população, a fim de saber que produtos poderiam ser explorados pela atividade industrial. Acrescia-se ainda o intuito do Império em promover notícias sobre essas terras que ajudassem no interesse pela emigração de europeus para o Brasil "tendo-se por alvo principal tornar bem conhecido o Império do Brazil e esclarecer os imigrantes, procurou-se com todo o cuidado dizer somente a verdade" (BN, 1873). Neste caso, "a verdade" mostrava também a disposição em apresentar apenas aquilo que fosse considerado favorável aos olhos europeus, e visto por seu melhor ângulo. O Brasil estava aí no lugar de apresentar-se em sua dimensão paradisíaca, tropical e tão distante da realidade social da qual desfrutava e de sua imersão na escravidão. Também o

**XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**  
**O impacto das Exposições Universais do século XIX para as relações econômicas**  
**brasileiras e o avanço tecnológico: uma análise sobre a participação das províncias**

cardápio escolhido para as exposições apresentava essa disposição em apresentar-se ao mundo a partir dos parâmetros europeus.

Retomando as preocupações com a questão técnica e as dificuldades com a própria incorporação dos instrumentos inovadores na produção brasileira, há que se considerar a dificuldade de reconhecimento dos aspectos teóricos na melhoria produtiva e na própria incorporação em aparato mais moderno, diante do desconhecimento de agricultores e produtores diversos sobre aspectos relacionados à técnica. Isso é fundamental nessa discussão, na medida em que a consolidação de escolas técnicas, destinadas aos vários interesses e segmentos sociais, propiciou uma ampliação no conhecimento e proposições a respeito das vantagens de aplicação de determinados procedimentos à produção. E, neste caso, as Exposições Universais contribuíram para que se consolidasse no Brasil um campo de divulgação artística, agrícola, mercantil e industrial capaz de incentivar os diferentes campos de conhecimento. Premiações e concursos foram promovidos por associações e instituições diversas: a Escola Agrícola de Juiz de Fora, em 1866, premiava os melhores criadores de cavalos; o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura propôs ao governo a premiação de agricultores que se destacassem; o mesmo IIFA fundou uma fábrica de chapéus que foram enviados à Exposição de Vienna, considerados excepcionais pelo seu primor; a Academia de Bellas-Artes realizava exposições públicas e premiava trabalhos considerados extraordinários com estudos na Europa; a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional organizou a primeira exposição de floricultura da América do Sul. Além disso, destacavam-se também na Corte as associações científicas, literárias e industriais, que promoviam de diversas formas a difusão do conhecimento: o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, o Instituto Politécnico, a Sociedade Velloziana, o Instituto dos Bacharéis em Letras, a Sociedade Ensaio Literários, a Sociedade de Instrução às Classes Operárias, a Associação dos Guarda-Livros. Dentre as industriais destacaram-se a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, a Sociedade Propagadora das Bellas-Artes - com a difusão do ensino através do Liceu de Artes e Ofícios -, o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, a Associação Tipográfica Fluminense e a Sociedade Auxiliadora das Artes Mecânicas e Liberais (BN, 1873).

A Exposição de 1873 realizada em Viena também mobilizou o Brasil a realizar sua terceira Exposição Nacional. Apesar dos apelos da comissão responsável por organizar o evento os atrasos no envio pelas províncias provocou o adiamento da

**XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**  
**O impacto das Exposições Universais do século XIX para as relações econômicas**  
**brasileiras e o avanço tecnológico: uma análise sobre a participação das províncias**

Exposição, que foi realizada no início do mesmo ano na Corte, mesmo assim com uma quantidade de produtos menor do que a esperada, pois várias regiões não conseguiram enviar a tempo seus produtos. O relatório do Secretário Geral do Juri da Exposição, Joaquim Manoel de Macedo, nos apresenta informações que mostram que essa terceira mostra foi organizada com maior preocupação em especificar os produtos apresentados por cada região e, para cada uma das áreas de conhecimento ou produção, um dos organizadores ficou responsável pelo acompanhamento, assim para: a) Mineralogia e telégrafos, Dr. Capanema; b) Zoologia, Dr. Miguel Antonio da Silva; c) Agricultura, Dr. Nicolau Moreira; d) Vias de comunicação, Dr. Borja Castro; e) Botânica em geral, Dr. Saldanha da Gama; f) Indústria, Dr. Coutinho; g) População, Senador Pompeu; h) Comércio e instrução pública, Dr. Pompeu (Terceira Exposição, 1875).

Um primeiro aspecto a destacarmos é a preponderância atribuída aos produtos agrícolas brasileiros nesta exposição, especialmente o café. A Exposição Nacional mandou para a Exposição de Viena, também em 1873, 100 arrobas ou 1469 kilogramas de café “typo do commercio” sendo este o produto de maior destaque na apresentação brasileira. A organização da 3ª Exposição Nacional distribuída em 12 Juris, do qual cada um deles era responsável por um montante de atividades, divididas em vários grupos, destaca-se pela prioridade dada ao café: o único produto que tinha um Juri especial direcionado exclusivamente para a sua avaliação.

A 3ª Exposição Nacional da Corte apresentou ainda um crescimento na participação de visitantes em relação à segunda Exposição Nacional, de 1866, com a visita de 41.996 no período de três meses. A renda produzida pelo evento foi de 9:286\$200, ainda que membros de instituições organizadoras e de caridade fossem isentos do pagamento. Segundo relato do comissário da 3ª Exposição Nacional, Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, foi recebido do tesouro nacional, com vistas aos gastos com essa exposição, a soma de 113:000\$000, ainda que ele argumentasse que os gastos gerais somaram 118:000\$000. É notório ainda no documento que essas despesas incluíssem os gastos realizados pelo envio de produtos pelas províncias, tais como compra de frascos de vidros e outros acessórios para o transporte dos produtos, somando 1:933\$400; a compra de café do “typo do mercado, um grande pinheiro vindo do Paraná, fibras, tapiocas e salsaparrilha, a fim de serem exibidos em Vienna” (BN, 1875).



**XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**  
**O impacto das Exposições Universais do século XIX para as relações econômicas**  
**brasileiras e o avanço tecnológico: uma análise sobre a participação das províncias**

Dentre os gastos apresentados com as províncias é interessante o montante reservado inicialmente à província do Pará, que abrigava produtos vindos de outras regiões do Norte, ainda que outros documentos revelem que as demandas das províncias por mais recursos para custear os gastos com o envio de produtos acabasse fazendo com que essa designação inicial fosse alterada, com aumento do valor concedido às outras províncias. Na Ata da exposição que mostra o crédito designado às províncias, o Pará e a província de S. Pedro recebem significativas quantias em relação às demais:

**Tabela 5 - Crédito distribuído para as Províncias**

Províncias	Crédito distribuído para a organização da 3ª exposição
Pará e S. Pedro	4:000\$000
São Paulo, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais	1:600\$000
Demais províncias	500\$000

Fonte: Biblioteca Nacional. Actas das Sessões da Comissão Superior da Exposição Nacional de 1873, 2ª parte.

Essa inserção do Brasil foi significativa na divulgação ao longo das décadas seguintes dos produtos que foram se evidenciando na pauta de exportações brasileiras. É o caso da destacada participação do Pará nas Exposições e a divulgação dos seus produtos do extrativismo e, principalmente, da borracha a partir do início do século XX. Sanjad e Castro mostraram a forte presença do Pará, particularmente, na exposição de Turim, de 1910, concomitante à apresentação do Brasil na Segunda Exposição Internacional da Borracha. A partir das correspondências do suíço Jacques Huber, cientista e estudioso da borracha da Amazônia, e dos relatos em jornais da época, os autores registraram diversos aspectos a respeito da apresentação do Brasil e, particularmente do Pará, na Exposição de Turim. Esses documentos mostraram o processo de despacho das mercadorias selecionadas pela comissão no Pará e o envio delas para o Rio de Janeiro, para posteriormente embarcarem para a Europa. Mas essa

documentação apresenta também as disputas que se manifestavam entre os representantes das várias províncias na exposição de produtos de cada região brasileira e, num exemplo significativo, como o representante de São Paulo conseguiu evitar que o *stand* da borracha paraense fosse montado no Pavilhão Central da Exposição de Turim, na entrada da mostra de café. Mais do que a disputa pela projeção econômica dos produtos apresenta-se neste episódio o embate entre elites regionais e de projetos nacionais diferenciados. O destaque feito por Huber em relato sobre a exposição publicado posteriormente evidencia o quanto se destacavam a borracha extraída do Acre e da Amazônia, considerada a de melhor qualidade existente (Sanjad e Castro: 2015, 148-150).

Essa documentação, ainda segundo os autores, realça a participação técnica do Pará nesta Exposição, destacando-se várias invenções voltadas para a apreensão de melhores métodos para a extração da borracha, da melhoria de sua qualidade quanto se preocupavam com a saúde dos seringueiros. Assim, foram apresentadas: a) a borracha “superfina”, em substituição à borracha defumada, inventada por Cerqueira Pinto; b) um processo que visava acelerar a defumação do látex, inventado por Manoel Viana Coutinho; c) um processo de vulcanização da borracha, que seria de autoria de um seringueiro. Foi apresentada ainda uma máquina para melhorar e acelerar o processo de defumação, que visava facilitar o transporte da borracha. Um último invento, do próprio Huber, era um machado “que prometia aumentar a produtividade e evitar riscos à saúde da árvore, pois não danificava o caule” (Sanjad; Casto, 2015, p. 152-153).

Em sua tese sobre o processo de modernização do Brasil na segunda metade do século XIX, Teresa Cribelli indicou como algumas instituições importantes, tais como o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (IIFA), se empenharam em incentivar o investimento em tecnologia agrícola, através do investimento em ciência que modernizasse as técnicas utilizadas na agricultura. Sua pesquisa indica também que os artigos do Jornal da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, entre os anos de 1850 e 1880, mostravam o crescimento da discussão sobre inovação e novas tecnologias empregadas na indústria agrícola. Essa preocupação, no entanto, também estava em sintonia com a ação de cientistas que, imbuídos dos mais diversos propósitos convergiam para trabalhar em prol do discurso modernizador naquele momento.

Rosendo Muniz Barreto, integrante da Comissão Superior da 3ª Exposição Nacional, publicou suas “Notas sobre a Exposição”, em 1876, na qual questionava se o

**XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**  
**O impacto das Exposições Universais do século XIX para as relações econômicas**  
**brasileiras e o avanço tecnológico: uma análise sobre a participação das províncias**

Brasil deveria recusar o convite feito pelos Estados Unidos para a participação na Exposição Universal a se realizar na Filadélfia. Nessas notas ele ratificava a opinião sobre o aspecto econômico que envolvia a participação do país frente ao maior consumidor de café brasileiro, além de apresentar também os aspectos diplomáticos que a missão envolvia no estabelecimento de políticas com os Estados Unidos. Nota-se que, como em relatos anteriores, o receio do fracasso do Brasil frente à exposição de sua produção era permanente entre os industriais, intelectuais e políticos; aos olhos de brasileiros parecia que o espelho mostrava uma figura que não se desejava reconhecer.

Ante o honroso convite de sua respeitável irmã continental poderia o Brasil, sem desairo, negar-se a comparecer á festa dos Estados-Unidos em Philadelphia?

Entre a descortezia da ausência pelo receio da insignificância da representação e a delicadeza do comparecimento lucrativo, ao menos pelo ensejo de examinar de perto os recursos industriaes da portentosa nação americana em competência com os aperfeiçoados elementos do velho mundo, não se faz esperar a resposta afirmativa do Brasil, já condecorado e bemquisto em três exposições européas.

Demais, se a jovenmonarchia da America está longe de querer disputar preferências nas artes e industrias mecânicas com o seu principal consumidor de café, é innegavel que o povo brasileiro não deve temer-se de competidor algum, quanto á exhibição de certos productos agrícolas.

Não basta, porém, para tanta segurança a facilidade com que a mais provida natureza se desentranha em thesouros de incomparavel estima no commercio estrangeiro (Barreto, 1876, p.5).

Essas exposições contribuíram para impulsionar o Brasil a um novo ideal de modernidade, mas também dialogavam com as tensões econômicas de inserção do país no contexto de concorrência industrial do mundo. O novo se colocava na premente discussão entre industrializar ou não, sobre como modernizar, sobre inovar ou conservar. Ou seja, conhecer o que era produzido pelo resto do mundo, reconhecer-se no âmbito de relações mundiais e comparar-se, além de sentir as necessidades de melhoria em vários setores produtivos para concorrer com outros países, pressionava intensamente o país ao debate sobre a transformação: as relações entre crescimento econômico e avanço tecnológico estavam na ordem do dia, não havia mais como o Brasil voltar atrás.

Sobre isso é importante destacar que as exposições deram grande impulso ao mercado internacional de bens tecnologicamente complexos, exercendo impacto sobre os mecanismos de apropriação da tecnologia. Destaca-se que o primeiro tratado internacional no campo da propriedade industrial — a Convenção da União de Paris

(CUP), de 1883 — é um resultado direto de questões relacionadas à concorrência desleal e pirataria, surgidas no contexto da Exposição Universal de Viena, em 1878. Alguns aspectos pouco elucidados pela historiografia merecem atenção, como a importância que as exposições tiveram para a elaboração de parâmetros para a discussão sobre propriedade intelectual (Malavota, 2011). Neste sentido, é importante recuperar toda a discussão sobre patentes e as demandas de industriais e inventores no mundo todo por uma normatização da proteção às invenções, cuja pressão dos países industrializados foi fundamental, especialmente dos Estados Unidos. Isso significa adentrar o significado dessas exposições para se pensar as invenções, visto que as relações entre as Exposições Universais de Viena e Paris foram elementos-chave para a discussão pré-Convenção de Paris (1883), primeiro tratado internacional de propriedade intelectual.

Esse caráter universal das Exposições foi uma marca distintiva do processo de mundialização industrial do século XIX, canalizando a competição entre as invenções industriais, ao mesmo tempo em que se criava um espaço de divulgação internacional daquilo que era produzido pelos países. A grande concorrência entre as invenções industriais, a disputa no campo tecnológico se dava fundamentalmente entre as nações industrializadas; contudo, o caráter internacional dessas feiras abria um campo para a apresentação entre as nações imperialistas, daquilo que se produzia, criando um espaço para a divulgação comercial dos países e regiões não industrializadas do mundo. A Europa e os Estados Unidos capitanearam o modelo de exibição industrial universalizando também padrões, modelos científicos, invenções industriais, novas tecnologias, hábitos, etc. As Exposições não eram universais apenas na forma, elas pretendiam universalizar-se também como modelo de ciência, economia e sociedade do mundo ocidental, projetando para o restante do mundo o padrão sobre o que era ser moderno e sobre como deveriam seguir os modelos de instrução para o trabalho. A universalidade das feiras, contudo, mascarava o intenso conflito entre nações e significou uma aposta política em tempo de colonização imperialista: o avanço imperialista exigia por parte das potências industrializadas uma “administração racional de seus territórios”, e as feiras se constituíam como espaço de demonstração do que os países não industrializados e as regiões colonizadas também tinham a oferecer economicamente ao mundo. Portanto, as Exposições se “configuraram como um meio

vantajoso para reunir um único lugar as riquezas espalhadas em muitas colônias e em milhões de quilômetros quadrados” (Santos, 2013, 14).

É interessante observar que, apesar do Brasil não possuir um modelo de industrialização fomentado pelo Estado ou se dedicasse a fomentar uma modernização para criação de uma infraestrutura necessária para a sua expansão, ele agiu como grande estimulador e financiador da participação nacional nas Exposições. Não deixava de ser um importante fomento via governo imperial à expansão comercial, especialmente da agricultura. Ainda que possamos inferir que esse incentivo também estimulou alguns processos de desenvolvimento técnico e, com o tempo, a própria inserção brasileira numa discussão sobre tecnologia em nível mundial, como os acordos assinados pelo país relacionados a política de patentes (Malavota, 2011).

Coloca-se, contudo, uma questão central: foram as Exposições Universais capazes de fomentar no Brasil um impulso que levasse à modernização do país? Com certeza, foram significativos os mapeamentos realizados pelas comissões para as exposições nacionais, no que concerne às produções técnicas que eram expostas e premiadas, manufaturas, além de invenções importantes para a resolução de problemas de produção internos. Mas esses eventos realmente levaram o Brasil a um salto de avanço tecnológico e inovação, como alguns imaginavam? A Era da Ciência se consolidava na certeza de que a racionalidade científica estaria associada ao desenvolvimento industrial, pilar para o crescimento econômico, mas havia estímulo do governo para essas ações e interesse de segmentos diversos da classe dominante para que isso se efetivasse? Um olhar significativo a esse respeito é apontado por Sanjad e Castro, sobre a participação brasileira na Exposição de Turim, em 1910; quando já uma República o Brasil continuava se apresentando sob a ótica agrícola, com ênfase em sua “vocação” agro-exportadora. Entende-se, no entanto, que, apesar da abolição e do fim da monarquia, o projeto político de modernização do país continuou na mão dos mesmos grupos que controlavam a economia escravista durante o século XIX, e foram estes que continuaram à frente de um projeto republicano que teria seu lugar ao sol dentro das relações internacionais capitalistas, sem que precisasse mexer com as prerrogativas dos setores internos dominantes.

## **Considerações Finais**

A participação do Brasil nas Exposições universais da Indústria não foi consensual, como demonstrado no artigo, resultou de intensos debates sobre o que deveria ser mostrado ao exterior e o que seria omitido. Indo além da preocupação erudita do Imperador D. Pedro II com as descobertas científicas, a presença do Brasil nesses eventos internacionais significava alargar as possibilidades de participação do país no circuito do comércio internacional, assim como evidenciar novos produtos desconhecidos por vários países. A ciência atrelava-se aos interesses econômicos na divulgação daquilo que era propenso à comercialização, ao mesmo tempo atestando sobre o que tinha viabilidade técnica para a indústria e para a vida das pessoas em geral. As preocupações demonstradas por membros da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional apresentaram a dualidade da exposição ao mundo industrial sobre o atraso e a dificuldade na incorporação de novas técnicas no âmbito mesmo da agricultura. O embate sobre adesão ou não ao uso da tecnologia, proposto por Cribelli, apresentava no contexto das Exposições várias dificuldades inerentes não apenas ao uso dessa tecnologia, mas às condições políticas que não foram estimuladas no país para a sua implementação e os interesses em jogo na adoção dessas políticas.

O debate sobre a riqueza e a modernização no final do século XIX vincula-se ao processo de acumulação capitalista promovido pelo impulso industrial desse período, que impactava as expectativas dos países sobre o acesso a essa “modernidade”. No Brasil, essas expectativas se chocavam ainda com a base escravista e as dificuldades de desenvolvimento tecnológico, pelo tipo de política adotada pelo governo imperial e que teve continuidade mesmo após 1889, onde a prioridade não foi impulsionar a industrialização. Isso significava que o discurso da modernização que tomou conta dos circuitos políticos, intelectuais e da imprensa ressoava uma determinada ideia de modernização, que não se traduzia em avanços decisivos que trouxessem significativas mudanças à vida socioeconômica do país.

As três primeiras exposições nacionais realizadas na Corte com incentivo do Estado tiveram o intuito de mapear e expor internamente a diversidade produtiva e extrativista do país, apresentando-se como um interessante quadro a respeito daquilo que despertava interesse das províncias, em particular, na seleção e envio dos produtos até a Corte. De grande frequência, chegaram a alcançar mais de cinquenta mil visitantes, acompanhando o sucesso das feiras internacionais, evidenciando também a inserção

**XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**  
**O impacto das Exposições Universais do século XIX para as relações econômicas**  
**brasileiras e o avanço tecnológico: uma análise sobre a participação das províncias**

social que esses eventos tiveram na divulgação de valores nacionais. Apesar dos padrões burgueses que nortearam as Exposições internacionais, a capilaridade e a força cultural que esses eventos desempenharam mostraram que seus valores repercutiram rapidamente pela sociedade, inclusive no Brasil, onde eram expostos não apenas produtos e invenções, mas aspectos singulares sobre a vida nacional, parte integrante e norteadora desse projeto Imperial.

### **Referências Bibliográficas**

CRIBELLI, Teresa. *Aperfeiçoar or Criar: dilemmas of Brazilian modernization, 1850-1889*. Dissertation submitted to The Johns Hopkins University, Doctor of Philosophy. Baltimore, Maryland: 2009.

CRIBELLI, Teresa. “O mais útil de todos os instrumentos: o arado e a valorização da terra no Brasil no século XIX”, in: MOTTA, Márcia e SECRETO, Verônica (Orgs.). *O Direito às avessas: por uma História Social da Propriedade*. Guarapuava: Unicentro, 2011; Niterói Eduff,: 2011, pp. 291-312.

CUNHA, Chintia da Silva. *As Exposições Provinciais do Império: a Bahia e as Exposições Universais (1866 a 1888)*. Salvador: UFBA, 2010. Dissertação de Mestrado em História.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

HEIZER, Alda. “Considerações sobre a participação da América Latina nas grandes exposições da segunda metade do século XIX”. [www.revistas.fflch.usp.br/anphlac/article/download/1396/126](http://www.revistas.fflch.usp.br/anphlac/article/download/1396/126), em 01/05/2015.

LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil (1808-1830)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961.

MALAVOTA, Leandro M. *A construção do sistema de patentes no Brasil: um olhar histórico*. Rio de Janeiro Lumen Juris, 2011.

MARINHO, Pedro E. M. M. “O Instituto Politécnico Brasileiro: em busca de um lócus para a nascente engenharia civil no Brasil Imperial”, in: GESTEIRA, H. ; CAROLINO, L. e MARINHO, P. *Formas do Império: Ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

**XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**  
**O impacto das Exposições Universais do século XIX para as relações econômicas**  
**brasileiras e o avanço tecnológico: uma análise sobre a participação das províncias**

MARQUESE, Rafael e SALLES, Ricardo. *Escravidão e Capitalismo Histórico no século XIX: Cuba, Brasil, Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MARTINS, Luís Paulo Saldanha. *Exposições, Indústria e Turismo: reflexões sobre um tema da actualidade*. Porto: Universidade do Porto; Faculdade de Letra, 1998. Artigo em livro de Atas de Conferência Nacional, disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/13798>, em 2/4/2016.

PALTI, Elias José. The problem of 'Misplaced ideas' revisited: Beyond The 'History of Ideas' in Latin America. *Journal of the History of Ideas*. January 2006, pp. 149-179.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições universais: espetáculos da modernidade no século XIX*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

PLUM, Werner. *Exposições no século XIX: espetáculos da transformação sócio-cultural*. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung, 1979.

SANJAD, Nelson e CASTRO, Ana Raquel de Marques. Comércio, política e Ciência nas Exposições Internacionais. O Brasil em Turim, 1911. *Revista Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 31, n. 57, p. 819-861, set/dez 2015.

SANTOS, Paulo Cesar dos. Um olhar sobre as Exposições Universais. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal: UFRN, 2013, pp. 1-15.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

RÉBÉRIOUX, Madeleine. Approches de l'histoire des expositions universelles à Paris du Second Empire à 1900. In: *Bulletin du Centre d'Histoire Économique et Sociale de Lyon*, 1979.

## **Fontes**

BARRETO, Rosendo Muniz. *Exposição Nacional. Notas e observações*. S/l, 1876, pp. 3-15. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 090,002,026 (Seção Obras Raras).

BN - *O Império do Brasil na Exposição Universal de 1862 em Paris*. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, III-17,5,15.

BN - *O Império do Brasil na Exposição Universal de 1873 em Viena d'Austria*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1873. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, I-355,5,23 (Seção Obras Gerais).

BN - *Documentos oficiais da 3ª Exposição Nacional*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, V-262,1,6, n. 1.



**XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**  
**O impacto das Exposições Universais do século XIX para as relações econômicas**  
**brasileiras e o avanço tecnológico: uma análise sobre a participação das províncias**

BRASIL. MINISTERIO DO IMPÉRIO. Ministro João de Almeida Pereira Filho. *Relatório do anno 1859 apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 4ª sessão da 10ª legislatura*. 1860. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, PR-SPR00126.

CUNHA, Antonio Luiz Fernandes da. *Documentos officiaes relativos à Exposição Nacional de 1861*. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1862. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, V-286,4,15.

INSTITUTO ARTÍSTICO DE FLEUISS IRMÃOS & LINDE. Recordações da Exposição Nacional de 1861. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862, p.11. Biblioteca Nacional, Seção Iconografia, 60.3.26, ex.2.

TERCEIRA EXPOSIÇÃO NACIONAL EM 1873. Relatório do Secretário Geral do Juri da Exposição Joaquim Manoel de Macedo. Rio de Janeiro: Typographia da Reforma, 1875.